

Próximo Governo negociará dívida

Nova Iorque — O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, disse ontem que caberá ao próximo Governo, após a eleição do dia 15, determinar a maneira como desejará acompanhar as negociações sobre a dívida, se ainda estiverem em curso. "Após o dia 15 de março, você terá que conversar com outro negociador", acrescentou.

Lembrado que seu nome figura em listas de preferências, notadamente de empresários, para continuar participando da gestão econômica, respondeu: "Pode até ser que eu esteja em listas, mas na minha lista eu quero mesmo é ir para casa".

O presidente do Banco Central disse que os bancos internacionais estão, no momento, "digerindo" a proposta brasileira para a fase três da renegociação da dívida externa brasileira, mas mesmo assim negou-se a confirmar os termos, já conhecidos, apresentados pelo Brasil e pelos bancos, afirmando que "neste ponto ninguém tem muita certeza de quais são as propostas".

Pastore não foi ontem à sede do Citibank, onde o comitê de assessoria dos bancos voltou a se reunir. Também nada disse sobre sua visita ao presidente do Federal Reserve (banco central) Paul Volcker, com quem conversou quinta-feira, durante uma hora, acompanhado pelo representante do Brasil no FMI, Alexander Kafka. "Foi uma visita técnica durante a qual trocamos informações e falamos da conjuntura internacional, obviamente do reescalonamento da dívida do Brasil", limitou-se a dizer.

Síndrome

Pastore não soube dizer se a negociação estará concluída na próxima semana e, questionado sobre os motivos de querer encerrar a discussão antes da eleição de Tancredo Neves, disse: "Virou uma síndrome achar que o atual Governo não deve renegociar a dívida. Feliz ou infelizmente, o problema está nas mãos do atual Governo". Reafirmou que procurará "finçar o maior número de estacas possível" e "polir" o perfil da dívida pelos próximos anos.

Sobre as duas propostas na mesa (o Brasil pedindo para renegociar 52 bilhões de dólares que vencem até 1991 — e a negociação feita em 1982 — e a contraproposta dos bancos indo até 1990 e cerca de 37 bilhões. E o Brasil pedindo 16 anos e os bancos oferecendo 14). Pastore nada quis comentar, passando a usar a imagem de um jogo de pôquer para justificar o seu silêncio. "Eu estou num jogo de pôquer com os banqueiros e não vou jogar pôquer canadense (aberto), enquanto eles jogam fechado. "Num jogo de pôquer há coisas que a gente põe na mesa para negociar, outras são para valer e às vezes há blefe", finalizou o presidente do BC.

Fontes ligadas ao comitê de assessoria informaram, ontem, que o acordo poderá demorar. Talvez três ou quatro semanas. Até o momento, o único prazo limite que existe entre o Brasil e os bancos é o dia 19 de fevereiro, quando termina o acordo provisório referente ao início de 85 entre o Brasil e os bancos, enquanto não se chega a um acordo final. Mesmo na hipótese, improvável, de o acordo ser concluído em uma semana, depois começa um longo processo de elaboração de contratos. Assim, a assinatura final do acordo pode até acabar ficando para depois de 15 de março, quando Pastore — por sua vontade — já estará "em casa".

FRITZ UTZERI
Correspondente

Banco Mundial reduz juro sobre créditos

Washington — O Banco Mundial anunciou uma redução de 9,89% para 9,29% em suas taxas de juros para empréstimos a países em desenvolvimento. A nova taxa vigorará para todo o primeiro semestre de 1985. Esta é a quinta redução consecutiva nas taxas de juros, desde julho de 1984, quando o banco adotou uma política de taxas variáveis para empréstimos novos.